
	Município de São Paulo Legislação da Despesa por Órgão	Exercício 2009
Órgão: 22	Secretaria Municipal de Infra-Estrutura Urbana e Obras	

Legislação

DECRETO-LEI 333 27/12/1945 Reorganiza a estrutura Administrativa da Prefeitura instituindo Secretarias dando outras providências.
DECRETO-LEI 431 8/7/1947 Dispõe sobre a reorganização administrativa da Secretaria de Obras, e da outras providências.
LEI 6.882 18/5/1966 Dispõe sobre reorganização parcial da estrutura administrativa da Prefeitura
DECRETO 10.834 8/1/1974 Remaneja unidades de serviço e da outras providências.
DECRETO 11.962-A 15/4/1975 Altera a redação dos artigos 1, 4 e 5 do Dec.7409/68 retificação: DOM 250475, P.4.
DECRETO 11.963 17/4/1975 Dispõe s/organização Secretaria de Obras e Secretaria Serviços Municipais, altera suas denominações, para Secretaria de Vias Públicas e Secretaria de Serviços e Obras, remaneja unidades de serviços, e da outras providências. retificação:DOM's 26 E 270475,P2, 10,11,E 140575,P2.
LEI 8.658 14/12/1977 Dispõe sobre a reorganização da Secretaria de Vias Publicas, e da outras providências.
DECRETO 29.929 14/12/1990 Disciplina a execução dos serviços de manutenção e conservação de prédios, instalações e equipamentos Municipais, e da outras providências.
LEI 11.228 25/6/1992 Dispõe sobre as regras gerais e especificas a serem obedecidas no projeto, licenciamento, execução, manutenção e utilização de obras e Edificações, dentro dos limites dos imóveis, revoga a LEI 8.266/75, com as alterações adotadas por LEIs posteriores, e da outras providências.
DECRETO 32.329 23/9/1992 Regulamenta a LEI 11.228/92- Código de Obras e Edificações, e da outras providências.
DECRETO 33.673 21/9/1993 Dispõe sobre a instituição de sistemática para concessão de certificado de conclusão de Edificação, e da outras providências.
DECRETO 34.314 6/7/1994 Altera o DECRETO n. 32329, de 23 de setembro de 1992.
DECRETO 34.713 1/12/1994 Dispõe sobre o relatório de impacto de vizinhança - RIVI, e da outras providências.
LEI 11.783 26/5/1995 Acrescenta subitem à seção 16.1 do capítulo 16 da LEI 11.228, de 25 DE JUNHO DE 1992, que trata das exigências especificas complementares do código de obras e Edificações.(PL 242/92)
LEI 11.859 31/8/1995 Acrescenta subitem ao item 9.5.3 da seção 9.5 do capítulo 9 do anexo 8 da LEI Municipal 11.228, de 25 de Junho de 1992. (PL 145/89)
LEI 11.948 8/12/1995 Revoga e altera a redação de itens do código de obras Edificações, aprovado pela LEI 11288/92.(PL 896/93)
DECRETO 36.161 24/6/1996 Altera dispositivos que especifica do DECRETO 32329, de 23 de setembro de 1992.
LEI 12.936 7/12/1999 Altera a redação do subitem 9.3.3.1 da LEI n. 11228/92, e da outras providências. (PL 141/97)
LEI 13.169 11/7/2001 Dispõe sobre a reorganização parcial das estruturas organizacionais das Secretarias Municipais que especifica, cria e extingue cargos de provimento em comissão, altera as formas de provimento de cargos em comissão, e da outras providências. (PL 281/01)
DECRETO 41.306 30/10/2001 Altera o DECRETO n. 29929, de 23 de julho de 1991, que disciplina a execução dos serviços de manutenção e conservação de prédios, instalações e equipamentos Municipais.

DECRETO 41.394 20/11/2001 Altera o DECRETO n. 29.929, de 23 de julho de 1991, que disciplina a execução dos serviços de manutenção e conservação de prédios, instalações e equipamentos Municipais, e da outras providências.
LEI 13.396 26/7/2002 Cria a Secretaria Municipal de Segurança Urbana - SMSU, e dá outras providências.
DECRETO 42.461 2/10/2002 Acrescenta parágrafo 2º ao artigo 9º do DECRETO n. 32329, de 23 de setembro de 1992, que regulamenta a LEI n.11228, de 25 de junho de 1992 - Código de Obras e Edificações, e da outras providências.
LEI 13.779 11/2/2004 Altera a redação da alínea "A" do subitem 10.1.2.1, que integra o capítulo 10 do anexo I da LEI n. 11228/92 - Código de Obras e Edificações do Município de São Paulo, e da outras providências. (PL 382/02)
DECRETO 44.755 18/5/2004 Regulamenta a LEI n. 13614/03 - uso de vias publicas/subsolo/espaco aéreo/obras de arte/instalação de equipamentos para prestação de serviços.
DECRETO 45.683 1/1/2005 Dispõe sobre a organização, atribuições e funcionamento da Administração Pública Mun. Direta
DECRETO 45.967 7/6/2005 Altera a lotação dos cargos de provimento em comissão do Departamento de Edificações - EDIF, transferido para a Secretaria Municipal de Infra-Estrutura Urbana e Obras - SIURB nos termos do DECRETO n. 45683, de 1. de janeiro de 2005.
DECRETO 48083 04/01/07 Transferindo para a Secretaria Municipal de Infra Estrutura Urbana eObras em carater excepcional a gestão e execução dos serviços de manutenção e conservação de predios e equipamentos da Secretaria Municipa da Educação.
DECRETO 48520 11/07/07 Transferindo para a Secretaria Municipal de Infra Estrutura Urbana e Obras em carater excepcional , a gestão e execução dos serviços de manutenção predial de hospitais,unidades basicas de saude,pronto socorros e demais equipamentos integrantes da Rede Municipal de Saude ,vinculados a Secretaria Municipal da Saúde.

	Município de São Paulo Legislação da Despesa por Órgão	Exercício 2009
Órgão: 23	Secretaria Municipal de Serviços	

Legislação

GABINETE
LEI Nº 8.491 14/12/1976 Dispõe sobre a reestrututação da Secretaria de Serviços e Obras e dá outras providências.
LEI Nº 8.817 22/11/1978 Autoriza o Executivo a celebrar com o Governo do Estado de São Paulo e dá outras providências (Corpo de Bombeiros Metropolitano)
LEI Nº 9.324 25/9/1981 Cria cargos incorporados a Tabela 2 e altera alínea "H" do art.19 da Lei nº 8.491, de 14 de dezembro de 1976.
LEI Nº 10.651 14/10/1988 Dispõe sobre a criação de cargos na Secretaria de Serviços e Obras e dá outras providências.
LEI Nº 13.169 11/7/2001 Dispõe sobre a reorganização parcial das estruturas organizacionais das Secretarias Municipais e extingue cargos de provimento em comissão, altera as formas de provimento de cargos em comissão e dá outras providências.
DECRETO Nº 45.683 1/1/2005 Dispõe sobre a organização, atribuições e funcionamento da Administração Pública Municipal Direta.


ILUME
FUNDO MUNICIPAL DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA - FUNDIP

LEI Nº 13.479 30/12/2002 Institui no Município de São Paulo a Contribuição para Custeio da Iluminação Pública - COSIP, prevista no artigo 149-A da Constituição da República.(PL627/01)
DECRETO Nº 43.143 29/4/2003 Regulamenta a Lei nº 13.479, de 30/12/2002, que institui no Município de São Paulo a Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP, e dispõe sobre o Fundo Municipal de Iluminação Pública - FUNDIP.
DECRETO Nº 45.044 22/7/2004 Acrescenta o inciso IX ao "caput" do artigo 13 do Decreto nº 43.143, de 29/04/2003, que regulamenta a Lei nº 13.479, de 30/12/2002, a qual instui no Município de São Paulo, a Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP, prevista no artigo 149-A da Constituição da República.
DECRETO Nº 45.886 10/5/2005 Dá nova redação ao artigo 11 e ao "caput" do 14 do Decreto nº 43.143, de 29/04/2003, que regulamenta a Lei nº 13.479, de 30/12/2002, a qual institui no Município de São Paulo a Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP - e dispõe sobre o Fundo Municipal de Iluminação Pública - FUNDIP.

LIMPURB


LEI Nº 9.928 10/7/1985 Dispõe sobre a colocação de recipientes de lixo nos locais que especifica.
LEI Nº 10.315 30/4/1987 Dispõe sobre a limpeza pública do Município de São Paulo e dá outras providências.
LEI Nº 10.344 26/8/1987 Cria no Depto de Limpeza Urbana-LIMPURB, da SSO, a Divisão Técnica de Educação e Divulgação, e, no Depto de parques e áreas verdes-DEPAVE, da mesma secretaria, o Centro de Educação Ambiental.
LEI Nº 10.746 12/9/1989 Introdúz modificações na Lei nº 10.315 / 87 e dá outras providências.
LEI Nº 10.939 18/1/1991 Dispõe sobre a proibição de implantação de sistemas de tratamento de lixo nas áreas de proteção de mananciais.
LEI Nº 10.954 28/1/1991 Dispõe sobre a coleta seletiva do lixo industrial, comercial e residencial .(PL 299/89)

LEI Nº 11.915 19/10/1995 Modifica a tabela anexa a Lei nº 10.315, de 30 de abril de 1987. (PL 371/95)
LEI Nº 13.193 23/10/2001 Altera a emenda e o artigo 1º da Lei nº 10.954, de 28 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a coleta seletiva industrial, comercial e residencial. (PL 802/98)
LEI Nº 13.298 16/1/2002 Dispõe sobre as responsabilidades e condições de remoção de entulho, terra e materiais de construção.
LEI Nº 13.478 30/12/2002 Dispõe sobre a organização do Sistema de Limpeza Urbana do Município de São Paulo; cria e estrutura seu órgão regulador; autoriza o Poder Público a delegar a execução dos serviços públicos mediante concessão ou permissão; institui a Taxa de Resíduos Sólidos Domiciliares - TRSD, a Taxa de Resíduos Sólidos de Serviços de Saúde - TRSS e a Taxa de Fiscalização dos Serviços de Limpeza Urbana - FISLURB; cria o Fundo Municipal de Limpeza Urbana - FMLU e dá outras providências.
LEI Nº 13.522 19/2/2003 Dá nova redação a dispositivos e aos Anexos I, III, IV e VI da Lei nº 13.478, de 30 de dezembro de 2002, que dispõe sobre a organização do Sistema de Limpeza Urbana do Município de São Paulo; cria e estrutura seu órgão regulador; autoriza o Poder Público a delegar a execução dos serviços públicos mediante concessão ou permissão; institui a Taxa de Resíduos Sólidos Domiciliares - TRSD, a Taxa de Resíduos Sólidos de Serviços de Saúde - TRSS e a Taxa de Fiscalização dos Serviços de Limpeza Urbana - FISLURB; cria o Fundo Municipal de Limpeza Urbana - FMLU e dá outras providências.
LEI Nº 13.699 24/12/2003 Disciplina o fator de correção social ("fator K") da Taxa de Resíduos Sólidos Domiciliares - TRSD, a que se refere o artigo 92 da Lei nº 13.478, de 30 de dezembro de 2002, alterada pela Lei nº 13.522, de 19 de fevereiro de 2003; estende o referido fator relativamente à Taxa de Resíduos Sólidos de Serviços de Saúde - TRSS, também instituída pelo mesmo diploma legal, e dá nova redação a seus artigos 86 e 248.
LEI Nº 13.782 11/2/2004 Dá nova redação ao artigo 139 da Lei nº 13.478, de 30 de dezembro de 2002, alterada pela Lei nº 13.522, de 19 de fevereiro de 2003 e dá outras providências.
DECRETO Nº 10.227 13/11/1972 Dispõe sobre o uso de sacos plásticos para o acondicionamento de lixo em zonas de coleta noturna e dá outras providências.
DECRETO Nº 10.260 12/12/1972 Altera o parágrafo único do Art. 1º e revoga o Art. 2º do Decreto nº 10.227 / 72.
DECRETO Nº 22.245 23/5/1986 Regulamenta a Lei nº 9.928 / 85, que dispõe sobre a colocação de recipientes de lixo nos locais que especifica e dá outras providências.
DECRETO Nº 22.368 26/6/1986 Dispõe sobre a criação da divisão de educação e divulgação, no Depto de Limpeza Urbana - LIMPURB, da Secretária de Serviços e Obras.
DECRETO Nº 25.537 11/3/1988 Dispõe sobre competência para fiscalização do disposto na Lei nº 10.315 / 87.
DECRETO Nº 28.649 5/4/1990 Reconhece o trabalho organizado dos catadores de papel, papelão e assemelhados no Município de São Paulo e dá outras providências.
DECRETO Nº 28.970 21/8/1990 Dispõe sobre a comercialização dos produtos resultantes do tratamento do lixo e dá outras providências.
DECRETO Nº 29.693 24/4/1991 Regulamenta a Lei nº 10.939 / 91.
DECRETO Nº 35.657 9/11/1995 Dispõe sobre a coleta, transporte e destinação final de resíduos sólidos em aterros sanitários dos incineradores municipais, não abrangidos pela

	Município de São Paulo Legislação da Despesa por Órgão	Exercício 2009
Órgão: 23	Secretaria Municipal de Serviços	

coleta regular e dá outras providências.
DECRETO Nº 35.847 1/2/1996 Reabre o prazo estabelecido no artigo 12 do Decreto nº 35.657, de 09/11/1995.
DECRETO Nº 37.066 15/9/1997 Regulamenta o inciso IV do artigo 3º, da Lei nº 10.315, de 30/04/1987, e dá outras providências.
DECRETO Nº 37.241 17/12/1997 Regulamenta o Inciso VII do Artigo 4º, da Lei nº 10.315, de 30/04/87, e dá outras providências.
DECRETO Nº 37.471 5/6/1998 Dispõe sobre os critérios de elaboração, análise e implementação do plano de gerenciamento de resíduos de serviço de saúde, por estabelecimentos geradores desses resíduos, sediados no Município de São Paulo e dá outras providências.
DECRETO Nº 37.952 10/5/1999 Regulamenta a coleta, o transporte e a destinação final de entulho, terras e sobras de materiais de que trata a Lei nº 10.315, de 30 de abril de 1987 e dá outras providências.
DECRETO Nº 37.978 20/5/1999 Revoga a alínea "C" do parágrafo único do artigo 2º, do Decreto nº 35.657, de 09/11/1995.
DECRETO Nº 40.046 14/11/2000 Define competências para o cumprimento e a fiscalização do disposto na Lei nº 10.315, de 30 de abril de 1987, com as alterações introduzidas pela Lei nº 10.746, de 12 de setembro de 1989, e dá outras providências.
DECRETO Nº 40.113 30/10/2000 Prorroga o prazo previsto no artigo 10 do Decreto nº 40.046, de 14 de novembro de 2000.
DECRETO Nº 42.217 24/7/2002 Regulamenta a Lei nº 10.315, de 30 de abril de 1987, no que se refere ao uso de áreas destinadas ao transbordo e triagem de resíduos de construção civil e resíduos volumosos, na forma que especifica, e dá outras providências
DECRETO Nº 42.290 15/8/2002 Institui o Programa Socio ambiental Cooperativa de Catadores de Material Reciclável e dá outras providências.
DECRETO Nº 42.992 20/3/2003 Regulamenta disposições da Lei nº 13.478, de 30 de dezembro de 2002, alterada pela Lei nº 13.522, de 19 de fevereiro de 2003, que instituiu a Taxa de Resíduos Sólidos Domiciliares - TRSD e a Taxa de Resíduos Sólidos de Serviços de Saúde - TRSS, relativamente ao procedimento tributário.
DECRETO Nº 43.214 19/5/2003 Introdúz modificações no Decreto nº 42.992, de 20 de março de 2003, que regulamentou a Lei nº 13.478, de 30 de dezembro de 2002, alterada pela Lei nº 13.522, de 19 de fevereiro de 2003, que instituiu a Taxa de Resíduos Sólidos Domiciliares - TRSD e a Taxa de Resíduos Sólidos de Serviços de Saúde - TRSS, relativamente ao procedimento tributário.
DECRETO Nº 43.271 26/5/2003 Regulamenta o Fundo Municipal de Limpeza Urbana - FMLU, instituído pelo artigo 79 da Lei nº 13.478, de 30 de dezembro de 2002, alterada pela Lei nº 13.522, de 19 de fevereiro de 2003.
DECRETO Nº 44.700 30/4/2004 Regulamenta a Lei nº 13.699, de 24 de dezembro de 2003, que disciplina o fator de correção social ("fator K") da Taxa de Resíduos Sólidos Domiciliares - TRSD, a que se refere o artigo 92 da Lei nº 13.478, de 30 de dezembro de 2002, alterada pela Lei nº 13.522, de 19 de fevereiro de 2003, e estende o referido fator relativamente à Taxa de Resíduos Sólidos de Serviços de Saúde - TRSS, também instituída pelo mesmo diploma legal.
DECRETO Nº 46.489 13/10/2004 Dispõe sobre a realização, pela Secretaria Municipal de Serviços, dos serviços de limpeza urbana indivisíveis previstos nos artigos 23 e 24 da Lei nº 13.478, de 30/12/2002, bem como revoga os Decretos nº

45.800, de 29 de março de 2005, e nº 46.334, de 15 de setembro de 2005.

	Município de São Paulo Legislação da Despesa por Órgão	Exercício 2009
Órgão: 24	Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social	

Legislação

LEI 6.882 18/05/1966 Dispõe sobre reorganização parcial da estrutura administrativa da prefeitura
LEI 7.457 28/04/1970 Dispõe sobre a estrutura da Secretaria de Bem Estar Social, e da outras providências.
LEI 10.719 22/12/1988 Dispõe sobre a reorganização da Secretaria Municipal do Bem-Estar Social, e da outras providências. Retificação: DOM 07-01-89, p1.
LEI 12.651 06/05/1998 Dispõe sobre a Instituição do Programa de Garantia de Renda Familiar Mínima Municipal, PGRFMM, na Cidade de São Paulo, e da outras providências. (pl 467/95)
LEI 12.524 01/12/1997 Dispõe sobre a criação do Conselho Municipal (vetado) de Assistência Social. (pl 21/96) obs: partes vetadas da lei (referentes aos arts. 3, 4, 7, a 11) - publicação DOM 24/03/01, p.1.
LEI 13.153 22/06/2001 Dispõe sobre a política publica de atenções de assistência social, sem fins lucrativos, operada através de convênios no âmbito do Município de São Paulo. (pl 248/94)
LEI 14.469 05/07/2007 Dispõe sobre a divulgação pela internet de todos os convênios e instrumentos congêneres, com repasse de recursos públicos firmados com entidades credenciadas, conveniadas, ou parceiras.
DECRETO 18.029 17/06/1982 Cria a Secretaria Municipal da Família e Bem-Estar Social - FABES, e da ou outras providências.
Decreto 21.841 03/01/1986 Dispõe sobre alteração de denominação da Secretaria da Família e Bem Estar Social
DECRETO 22.859 02/10/1986 Dispõe sobre alteração de denominação de unidades da Secretaria Municipal de Educação e do Bem-Estar Social, e da outras providências.
Decreto 24.269 27/07/1987 Cria a Secretaria Municipal do Bem-Estar-Social - SEBES, e da outras providências.
DECRETO 27.733 19/04/1989 Reorganiza a Secretária Municipal do Bem-Estar-Social - SEBES, e da outras providências.
DECRETO 32.384 06/10/1992 Consolida as disposições relativas à organização da Secretaria Municipal do Bem-Estar-Social - SEBES, e da outras providências. (DOM 14/11/92, p1-retificação da republicação de 101192).
DECRETO 35.177 07/06/1995 Oficializa o programa de atendimento a terceira idade - PATI; aprova política municipal de atendimento a terceira idade, e da outras providências.
DECRETO 36.102 24/05/1996 Dispõe sobre a instalação e funcionamento de abrigos temporários para a operação inverno, e da outras providências.
DECRETO 36.211 09/07/1996 Institui o projeto leite para a viúvo, e da outras providências.
DECRETO 36314 20/08/1996 Institui "política de assistência à pessoa portadora de deficiência", no âmbito da Secretária Municipal da Família e Bem Estar Social - FABES; oficializa o "programa de atendimento aos portadores de deficiência - PRODEF", e da outras providências.
DECRETO 36.804 20/08/1996 Cria, junto a Secretária da Família e Bem-Estar Social - FABES, o programa municipal de atendimento a meninos e meninas de rua da Cidade de São Paulo, e da outras providências.
DECRETO 38.876 21/12/1999 Altera a denominação da Secretaria Municipal da Família e Bem-Estar Social - FABES, e da outras providências.
DECRETO 40.531 07/05/2001 Dispõe sobre a regulamentação

do Fundo Municipal de Assistência Social -FMAS, criado pelo lei n. 12524, de 1 de dezembro de 1997.
DECRETO 43.698 02/09/2003 Regulamenta a lei n. 13153, de 22 de junho de 2001, que dispõe sobre a política pública de atenções da assistência social, sem fins lucrativos, operada através de convênios no âmbito do Município de São Paulo.
DECRETO 42.119 19/06/2002 Dispõe sobre a atenção, em caráter emergencial e no âmbito da defesa civil, a população em situação de rua, quando da ocorrência de frentes frias ou de baixas temperaturas durante o período de inverno.
DECRETO 42.335 29/08/2002 Dispõe sobre a delegação de competência à Secretaria Municipal de Assistência Social para representar o Município ref. Emendas parlamentares da união.
DECRETO 46.302 09/09/05 Dispõe sobre o controle social do programa bolsa família.
DECRETO 47.124 24/03/2006 Institui o programa "ação família - viver em comunidade"
DECRETO 47.182 11/04/2006 Dispõe sobre a fixação da frota de veiculos de SMADS
DECRETO 47.225 26/04/2006 Institui a Comissão Municipal de Erradicação ao Trabalho Infantil.
DECRETO 47.534 26/04/2006 Reorganiza o Sistema Municipal de Defesa Civil.
DECRETO 48.141 14/02/2007 Institui o Programa Equilíbrio.
DECRETO 48.359 17/05/2007 Dispõe sobre a reorganização da SMADS, bem como altera a denominação e a lotação dos cargos de provimento em comissão que especifica.
DECRETO 48.602 09/08/2007 Dispõe sobre a atuação conjunta de SMADS e SMTRB, para execução no âmbito do Município de São Paulo, das ações do Programa Nacional de Inclusão de Jovens - PROJOVEM.

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS

DECRETO 40.531 07/05/2001 Dispõe sobre a regulamentação do Fundo Municipal de Assistência Social -FMAS, criado pela Lei n. 12.524, de 1º de dezembro de 1997.